

»Entrevista | GILMAR MENDES | MINISTRO DO STF

Decano defende a integração de órgãos para combater organizações criminosas que agem no Rio. Segundo ele, o movimento tem de envolver, também, a sociedade

“Somente GLO não reduzirá violência”

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acredita que o governo tomou a decisão certa ao decretar a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para tentar conter a violência no Rio de Janeiro. No entender dele, porém, esse instrumento, sozinho, não resolverá o problema. Será preciso uma ação coordenada e contínua entre as forças de segurança e a burocracia do Estado para enfrentar as milícias e as quadrilhas do tráfico, que se estruturaram de uma tal forma que, hoje, são transnacionais. “Tudo isso revela um descontrole, e, certamente, temos de nos preocupar com essa questão”, frisa.

Apesar de todas as operações fracassadas que visavam botar ordem no Rio, o ministro ainda acredita que o estado, que teve uma penca de governadores presos, tem jeito. Contudo, será necessário um enorme engajamento da sociedade, sobretudo porque partes da política e das forças de segurança fluminenses estão dominadas pelo crime organizado. “E isso precisa ser repudiado, censurado e combatido”, afirma. O enfrentamento desse quadro inaceitável passa, inclusive, pelo voto.

Diante da gravidade da violência no Rio e do fortalecimento das quadrilhas, que estão espalhadas por outros estados, Mendes diz não entender o porquê de o Senado insistir em votar projetos que tentam impor limites ao Supremo. O mais correto, frisa ele, seria os parlamentares estarem debruçados sobre medidas que garantissem mais segurança à população. O magistrado ressalta ainda que o STF já adotou vários procedimentos que estão na pauta do Senado, como prazos para pedidos de vista de processos, atualmente de, no máximo, 90 dias.

O ministro, que está em Coimbra para um debate sobre o futuro da tributação — promovido pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe), em parceria com o Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra —, destaca que a reforma tributária em andamento no Congresso é um passo importante para reduzir a complexidade do sistema de impostos do Brasil. Mas é preciso olhar para o futuro, para o mundo digital, que impõe desafios enormes aos governos. A seguir, trechos da entrevista que Mendes concedeu ao Correio.

A GLO decretada pelo presidente Lula em portos e aeroportos entrou em vigor ontem. O objetivo principal é tentar conter a violência no Rio de Janeiro. Era preciso chegar a essa medida extrema?

Acho que sim. Certamente, o governo tem dados seguros para tomar essa medida. E o caso do Rio, já há algum tempo, vem despertando preocupação pelo domínio que as milícias e as quadrilhas do tráfico passaram a ter sobre os próprios territórios. Episódios que se repetem de confronto com a polícia, de armamentos de alta precisão. O episódio mais recente, na Barra da Tijuca, do assassinato de médicos. Tudo isso revela um descontrole e, certamente, temos de nos preocupar com essa questão.

Só a GLO resolve?

Acho que o governo tem de articular todas as suas agências para o combate ao crime organizado. Tudo indica que esse sistema engolfou um pedaço da política e, certamente, tem influência em setores da política estadual. Pelo menos é o que vem sendo publicado. E isso precisa

Carlos Moura/SCO/STF



Vários países já lidaram com problemas assemelhados, mas é preciso ter consciência da gravidade, fazer um diagnóstico correto. E não é uma tarefa só para o Rio de Janeiro, até porque há setores da segurança e da própria política que estão contaminados”

ser repudiado, censurado e combatido. Então, me parece que é fundamental que haja essa ação, mas, sobretudo, que também haja ações permanentes. Acho que a integração de órgãos — e nós temos uma boa e qualificada burocracia, como a Receita Federal, o Coaf, o Banco Central — precisa ser articulada para o combate a essas organizações criminosas, que deixaram de ser operadores locais pequenos e, hoje, atuam de forma transnacional. Esse movimento deve envolver a própria sociedade. Deve ser uma atividade permanente.

O senhor acredita que o Rio é um caso perdido?

Não, certamente não. Vários países já lidaram com problemas assemelhados, mas é preciso ter consciência da gravidade, fazer um diagnóstico correto. E não é uma tarefa só para o Rio de Janeiro, até porque há setores da segurança e da própria política que estão contaminados. Isso exige informações seguras e seria muito importante que usássemos este momento, talvez, como um marco zero, no sentido de resgate da estatalidade, da institucionalidade.

Esta semana, o Senado deve votar medidas que limitam poderes do Supremo Tribunal Federal. Como vê essa questão?

Vamos aguardar. As medidas que estão sendo anunciadas são medidas que o Supremo já tomou no âmbito do seu regimento. Mas vamos aguardar o que será votado, se será votado e o que será votado para que, depois, nos posicionemos. A questão das liminares, que é um debate antigo sobre as decisões monocráticas do Supremo, já foi resolvida por uma norma regimental conduzida ainda na gestão da presidente Rosa Weber. E também a questão dos pedidos de vista, que têm limites temporais de 90 dias. Tudo se resolve de maneira automática, de modo que vamos aguardar

o pronunciamento do Senado, qual será o conteúdo. Depois, não será uma deliberação do Congresso, só uma deliberação do Senado, se houver.

Vê revanchismo nessas ações do Senado?

Não. Acho que há muitas peculiaridades neste momento. Não vejo, como já disse em outras oportunidades, que haja prioridade nesse tipo de medida. Estamos a falar de toda essa tragédia do Rio de Janeiro, que exige medidas legislativas. Era fundamental que se discutisse fundamentalmente essa questão, que o próprio Congresso Nacional estivesse debruçado sobre quais medidas tomar para, de fato, combatermos efetivamente o crime organizado. Então, não me parece que o problema seja o Supremo ou que devamos iniciar uma reforma pelo Supremo. A própria reforma do Judiciário, que foi bastante ampla, estendeu-se de 1993 a 2004, portanto 11 anos. Então, esse é um dado que exige reflexão. Como há muita refrega com o tribunal, bancadas que estão incomodadas com o 8 de janeiro, as prisões e coisas do tipo, tem esse simbolismo, que não é bom. Decisões legislativas não podem ser tomadas de forma açodada. É preciso reflexão. Não precisamos ficar incomodados com isso. Emendas constitucionais que firmam a autonomia dos Poderes são inconstitucionais. Também passarão pela constitucionalidade.

A CCJ do Senado deve voltar, hoje, o relatório do senador Eduardo Braga referente à reforma tributária. Com todas as exceções previstas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê que a alíquota do IVA pode chegar a 27,5%, uma das maiores do mundo. Como avalia isso?

Não vou dar opinião específica sobre essa questão. Acho que a reforma conduzida pelo Congresso foi um movimento positivo, vemos que isso se reflete nos mercados. É um trabalho extremamente complexo. Temos um modelo desde 1988 que vem sendo remendado aqui ou acolá para atender às necessidades mais prementes. Portanto, era necessário que houvesse uma iniciativa mais completa. E isso, creio que, felizmente, se deu. Vamos aguardar a decisão no Senado.

Certamente, haverá alterações na Câmara dos Deputados.

O senhor está confiante com a reforma? Ela é importante? Por quê?

Tenho a impressão de que acumulamos, ao longo de anos, uma litigiosidade enorme no campo tributário e muitas perplexidades. Temos um sistema muito complexo, que deve harmonizar União, estados e municípios, e estamos no meio de uma nova revolução industrial, essa coisa 4.0, o avanço dos serviços digitais e como tudo isso se dá. Então, estamos falando de novas bases de tributação. Acredito que é preciso que se faça esse tipo de consideração e se debruce sobre isso. Muitas disputas entre União, estados e municípios e uma montanha de disputas dos contribuintes com os entes tributantes. Portanto, temos de buscar essa racionalização, e isso já é um ponto positivo. Me parece que o espírito é de se buscar uma solução. É claro que a reforma, como sabemos, remete a leis complementares. Vamos ter todo um debate. Imagino que o governo já esteja fazendo os projetos, porque, só a partir daí, a reforma vai entrar em vigor. É um ponto de inflexão, nesse contexto, extremamente positivo.

Qual é o objetivo da tributação sobre a economia digital?

A nossa sensação é de que os tributos já são antigos, são do século XX, tributos que todos nós nos acostumamos, para uma realidade futurística. A toda hora, as plataformas e modelos estão se transformando. Temos os nômades do capital, os nômades do trabalho, uma nova realidade também no mundo do trabalho, em que não se tem, necessariamente, vínculo de emprego. Tudo isso precisa ser discutido. E as bases tributárias, de alguma forma, evanesceram-se, desapareceram em muitos casos. E, aí, essa deixa geral de que é preciso, inclusive, haver um acordo global ou um acordo pelo menos entre os principais partners, para que haja também tributação das big techs, das grandes empresas de tecnologia. Tudo isso é preciso que seja discutido. Pelo menos, que a gente saiba que o problema existe.

» LEIA MAIS sobre GLO na página 6

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Esquerdismo contaminou questões do Enem sobre o agro

Há mais de 100 anos, a reforma agrária é uma ideia-força para a esquerda brasileira. Demorou para ter apoio popular e, a rigor, nunca se completou. É uma das faces do atraso brasileiro. Em Portugal, a reforma agrária aconteceu na Revolução do Mestre de Avis (1383-1385), coroado João I. Foi uma revolução burguesa, que deu origem ao primeiro Estado Nação da Europa. A vitória da burguesia comercial e a reforma agrária impulsionaram tremendamente as indústrias naval e vinícola de Portugal, sem as quais não teriam ocorrido as grandes navegações.

No Brasil, a primeira oportunidade perdida foi na Independência, em 1822. José Bonifácio, em *Apontamentos sobre as sesmarias*, defendeu as pequenas propriedades, e a distribuição de terras aos indígenas, ex-escravos e colonos portugueses chegou a ser proposta por ele, para as “terras baldias”, numa estratégia de conciliação com os senhores de escravos. A prioridade dada ao arranjo institucional, no qual a monarquia foi a chave para manter a integridade territorial, e capacidade de fazer inimigos de Bonifácio inviabilizaram suas propostas, mesmo não havendo abolição.

A segunda oportunidade foi perdida da Abolição propriamente dita, em 1888, à Proclamação da República, em 1889. No primeiro caso, o Marques de Ouro Preto, em vez de indenizar os ex-escravos, indenizou os escravocratas. Seu projeto Auxílio à Lavoura distribuiu aos ex-senhores de escravos 86 mil contos de réis, o equivalente a um quarto do Orçamento do Império, emprestado pela Casa Rothschild, de Londres, para pagamento em 50 anos e garantia de juros do governo brasileiro. Na segunda oportunidade, Rui Barbosa, ministro da Fazenda de 1890 a 1891, revogou a legislação do Auxílio à Lavoura, para criar um Banco Hipotecário e tributar as propriedades, mas foi derrotado pela elite agrária.

Na Revolução de 1930, não foi muito diferente. Getúlio Vargas chegou ao poder confrontando as elites agrárias de São Paulo e Minas, mas não levou adiante a reforma agrária. Rapidamente se recompôs com esses setores e limitou seu ímpeto reformista a algumas colônias agrícolas e assentamentos em terras da União. Em contrapartida, a legislação trabalhista acirrou os conflitos no campo. Os antigos colonos e meeiros foram expulsos das fazendas, que passaram a recorrer ao trabalho temporário de boas frias nas culturas de algodão, café, cana de açúcar e laranja.

Esse processo contribuiu para a radicalização política que nos levou ao golpe de 1964. Naquele ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população era de 79,8 milhões de pessoas. O número dos que viviam em área rural alcançava 33 milhões. A produção agrícola, porém, não atendia todo o mercado interno. O latifúndio improdutivo ocupava grandes extensões de terras. Os trabalhadores rurais eram mal remunerados e viviam situação de penúria. As ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais pressionavam João Goulart e queriam uma reforma agrária na “lei ou na marra”. Jango anunciou a desapropriação de terras às margens de ferrovias, estradas e açudes federais no famoso comício da Central do Brasil, no Rio, em 13 de março de 1964, para 200 mil pessoas. Seu governo acabou ali.

Ideologia e realidade

Por ironia, o Estatuto da Terra, aprovado pelo presidente Castelo Branco durante o regime militar, tornou-se a grande bandeira de organização dos sindicatos rurais, que obtiveram muitas conquistas. A lei dizia que o Estado tinha a obrigação de garantir a terra para quem nela vive e trabalha. Definia o latifúndio improdutivo passível de desapropriação e o modulo rural mínimo para a produção. Entretanto, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob comando do então ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, o maior avanço: entre 1995 e 1998, foram desapropriados 7 milhões de hectares, como 287.539 famílias assentadas em quatro anos. No governo Sarney, 4 milhões de hectares já haviam sido desapropriados.

Nada disso consta das provas do Enem sobre a questão agrária. Três questões preconceituosas sobre o agronegócio na prova voltaram a envenenar as relações entre o setor agrícola e o governo Lula. A rigor, o ministro da Educação, Camilo Santana, não tem nada a ver com o caso, porque a prova é feita por um colegiado de professores, com autonomia de cátedra. Mas é quem pagará a conta. Grosso modo, condenam o capitalismo no campo. É inacreditável, porque a reforma agrária é uma bandeira capitalista, democrático-burguesa, pois se trata de redistribuir a propriedade da terra, e não de coletivização forçada.

O pior é não compreender a importância e o papel do agronegócio no desenvolvimento. Isso não significa endossar o agrotóxico, o reacionarismo ruralista e a violência no campo, a grilagem de terra, a derrubada da floresta para pasto e plantação de soja, o contrabando de madeira etc. A tese da esquerda brasileira, nas décadas de 1950 e 1960, era de que o Brasil não poderia se desenvolver com latifúndio e dominação do capital estrangeiro. O que aconteceu foi o contrário: o país se industrializou e as grandes propriedades deram origem ao nosso agronegócio altamente produtivo.

Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor agrícola do mundo, atrás apenas da China, da Índia e dos Estados Unidos; lidera a produção de café, carne bovina, frango in natura, celulose, soja, açúcar e, agora, milho. Em breve, será o maior produtor de algodão. Tudo o que o governo Lula não precisava era essa confusão provocada por três questões do Enem pautadas pelo esquerdismo anacrônico, e não pela realidade. Como vimos, reforma agrária e agronegócio não são coisas incompatíveis.